



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 190,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 219/14:

Aprova o Estatuto Orgânico da Autoridade Reguladora de Energia Atómica, abreviadamente designada por AREA. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto n.º 79/07, de 16 de Novembro.

Assembleia Nacional

Resolução n.º 41/14:

Aprova a substituição de Faustino Manuel, na Comissão Municipal Eleitoral do Songo, Província do Uíge, por Luís Manuel dos Santos.

Resolução n.º 42/14:

Aprova a substituição de António Quinanga, na Comissão Municipal Eleitoral dos Buengas, Província do Uíge, por João Cepena.

Resolução n.º 43/14:

Aprova a substituição de Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa, na Comissão Nacional Eleitoral, por Cremildo José Félix Paca.

Resolução n.º 44/14:

Aprova a substituição de João Marcelino, na Comissão Municipal Eleitoral do Cuvango, Província da Huíla, por Timóteo Mucanda.

Resolução n.º 45/14:

Aprova a substituição de Maurício Hiteulu, na Comissão Municipal Eleitoral do Cuanhama, Província do Cunene, por Constantino José Armando Tiago.

Resolução n.º 46/14:

Aprova a substituição de Maria João Tchipalavela, na Comissão Provincial Eleitoral da Huíla, por Emílio Alexandre Chitacumbi.

Resolução n.º 47/14:

Concede a autorização para a adopção dupla da menor Rosa Carolina de Jesus Sebastião pelo casal Rui Nuno Lopes Firmo e Maria Ana Sequeira Flores Firmo, ambos de nacionalidade portuguesa.

Ministério dos Petróleos

Decreto Executivo n.º 258/14:

Exclui a empresa Nazaki Oil and Gaz, S.A. do Consórcio do Bloco 9/09.

Decreto Executivo n.º 259/14:

Exclui a empresa Falcon Oil Holding Angola S.A. do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 18/06.

Decreto Executivo n.º 260/14:

Exclui a empresa Nazaki Oil and Gaz, S.A. do Consórcio do Bloco 21/09.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 1487/14:

Subdelega plenos poderes a Sílvio Franco Burity, Director Nacional do Património do Estado, para outorgar em representação deste Ministério, o Auto de Afectação do Piso Térreo, entreposto e 4 fracções de estacionamento no piso 2, do edifício Goya, sito em Luanda, no gaveto formado pelo cruzamento das Ruas Major Marcelino Dias e Comandante Nicolau Gomes Spencer, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso.

Ministério da Juventude e Desportos

Despacho n.º 1488/14:

Cria o Secretariado responsável pela implementação do Sistema de Monitorização e Controlo do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude (PNADEJ), coordenada por Sérgio José dos Santos.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 219/14**de 26 de Agosto**

Havendo necessidade de se adequar o Estatuto Orgânico da Autoridade Reguladora da Energia Atómica às Regras de Organização, Estruturação e Funcionamento dos Institutos Públicos, estabelecidas pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/13, de 25 de Junho;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea g) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Estatuto Orgânico da Autoridade Reguladora de Energia Atómica, abreviadamente designada por AREA, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto n.º 79/07, de 16 de Novembro.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 28 de Maio de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Julho de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**ESTATUTO ORGÂNICO DA AUTORIDADE
REGULADORA DE ENERGIA ATÓMICA (AREA)**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Natureza jurídica e finalidade)

1. A Agência Reguladora de Energia Atómica, abreviadamente designada por «AREA», é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

2. A AREA tem como finalidade a prossecução de objectivos da política de utilização de energia nuclear adoptada pelo Estado.

ARTIGO 2.º
(Regime jurídico)

A AREA rege-se pelas Regras de Organização, Estruturação e Funcionamento dos Institutos Públicos, estabelecidas pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/13, de 25 de Junho, pelo presente Estatuto, pelo seu Regulamento Interno e pelas normas do procedimento da actividade administrativa.

ARTIGO 3.º
(Sede e delegações)

1. A AREA tem a sua sede em Luanda.
2. A AREA pode ter serviços locais a nível provincial.
3. A criação de Delegações Provinciais depende da autorização do órgão que tutela a Autoridade Reguladora da Energia Atómica.

ARTIGO 4.º
(Tutela e superintendência)

1. A AREA está sob a superintendência do Titular do Poder Executivo e é tutelada pelo Ministério da Energia e Águas, Departamento Ministerial responsável pelo Sector da Actividade da Agência Reguladora de Energia Atómica.

2. No âmbito da tutela, o Departamento Ministerial responsável pelo Sector da Actividade da AREA tem poderes para:

- a) Aprovar o plano orçamental anual proposto pelo Instituto;
- b) Acompanhar e avaliar os resultados da actividade do Instituto;
- c) Conhecer e fiscalizar a actividade financeira do Instituto;
- d) Designar os dirigentes do Instituto;
- e) Aprovar o plano de carreiras do pessoal do quadro, bem como da tabela salarial dos que não estão sujeitos ao regime da função pública;
- f) Autorizar a criação de representações locais;
- g) Suspender, revogar e anular nos termos da lei, os actos dos órgãos de gestão do Instituto que violem a lei ou sejam considerados inoportunos;
- h) Definir as grandes linhas orientadoras da actividade do Instituto.

ARTIGO 5.º
(Atribuições)

1. A AREA coordena, controla e fiscaliza as actividades do ciclo de combustível nuclear, bem como as acções relacionadas com o uso de fontes, materiais, dispositivos e substâncias radioactivos, a que se referem a Lei n.º 4/07, de 5 de Setembro, Sobre Energia Atómica, e seus regulamentos em colaboração com os outros organismos.

2. São atribuições da AREA em especial as seguintes:

- a) Prestar assistência aos órgãos competentes do Estado em matéria de protecção e segurança, relacionada com as actividades, instalações e fontes radioactivas;
- b) Contribuir para a coordenação institucional em matérias relativas à protecção do ambiente, à protecção da saúde pública, à defesa do consumidor e à promoção do uso eficiente da energia atómica para fins pacíficos;
- c) Elaborar as normas e padrões, bem como os planos e propostas de medidas a adoptar nos termos da Lei de Energia Atómica e seus regulamentos;
- d) Emitir licenças, certificados de segurança e outras autorizações relativas às actividades, instalações e fontes previstas na lei;

- e) Emitir licenças profissionais dos trabalhadores que operem em actividades ou com fontes radioactivas;
- f) Aprovar os planos e regulamentos de segurança de instalações específicas;
- g) Elaborar propostas sobre as doses limite a que se refere o artigo 17.º da Lei de Energia Atómica;
- h) Realizar as acções que lhe sejam acometidas nos planos de resposta a emergências radiológicas;
- i) Definir as exposições que estão excluídas nos termos do n.º 4 do artigo 3.º da Lei de Energia Atómica;
- j) Promover acções de formação e reciclagem, no País e no estrangeiro, na área da ciência e tecnologia nuclear, em especial no domínio da protecção e segurança de todos os trabalhadores envolvidos nas actividades relacionadas com o uso de energia atómica;
- k) Estabelecer, em colaboração com as entidades competentes, os requisitos de qualificação e formação profissional dos trabalhadores de todos os níveis cujas funções se relacionem directa ou indirectamente com as actividades e fontes, e conceder licenças profissionais;
- l) Realizar e promover actividades de investigação científica e tecnológica nuclear, assim como cientistas e instituições angolanas, em projectos realizados a nível internacional, regional, sub-regional ou bilateral;
- m) Colaborar com as universidades e outras instituições científicas na educação, investigação científica e tecnológica nuclear;
- n) Promover a prestação da informação prevista na lei e seus regulamentos, bem como nos instrumentos internacionais pertinentes e assegurar a sua transmissão às entidades interessadas;
- o) Promover a participação das associações interessadas, em especial das ordens profissionais, sindicatos e associações de defesa do ambiente, na definição e aplicação das medidas de protecção e segurança;
- p) Estabelecer meios adequados para informar o público sobre os riscos de actividades, instalações e fontes, bem como sobre as medidas de protecção e segurança, em caso de ocorrência de situações de emergência radiológica;
- q) Elaborar e verificar os relatórios previstos na Lei da Energia Atómica e seus regulamentos;
- r) Proceder às notificações previstas no n.º 2 do artigo 49.º da Lei de Energia Atómica;
- s) Manter o inventário nacional de instalações e fontes radioactivas;
- t) Verificar se os padrões, planos, programas e demais acções referidos neste diploma são cumpridos, realizando medidas de fiscalização para os fins previstos na lei;
- u) Representar Angola em eventos científicos internacionais ou outros, relacionados com a energia atómica, nos termos a definir em regulamento, sem prejuízo da participação de outros organismos do Estado;
- v) Coordenar e executar os planos de cooperação técnica com a Agência Internacional de Energia Atómica;
- w) Tomar as medidas necessárias para o eficaz desempenho das atribuições de inspectores da Agência Internacional de Energia Atómica, em caso de necessidade;
- x) Cobrar taxas pelos serviços que preste e receber doações que lhe sejam destinadas;
- y) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO II Organização em Geral

ARTIGO 6.º (Órgãos e serviços)

1. A AREA comporta os seguintes órgãos e serviços:
 - a) Conselho Directivo;
 - b) Director Geral;
 - c) Conselho Fiscal;
 - d) Conselho Técnico-Científico.
2. Serviços de Apoio Agrupados:
 - a) Departamento de Apoio ao Director Geral;
 - b) Departamento de Administração e Serviços Gerais;
 - c) Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação.
3. Serviços Executivos:
 - a) Departamento de Segurança Radiológica;
 - b) Departamento de Licenciamento e Inspecção;
 - c) Departamento de Protecção e Segurança Nuclear;
 - d) Laboratório de Radioprotecção.

ARTIGO 7.º (Direcção)

1. A AREA é dirigida por um Director Geral provido por Despacho do Ministro responsável pelo Sector de Energia e Águas, em comissão de serviço, por um período de 3 (três) anos, renovável, sem prejuízo de ser interrompido por conveniência de Serviço Público.

2. O Director Geral é coadjuvado por um Director Geral-Adjunto, provido por Despacho do Ministro responsável do Sector de Energia e Águas, que exerce funções delegadas.

CAPÍTULO III Organização em Especial

SECÇÃO I Órgãos de Gestão

ARTIGO 8.º (Conselho Directivo)

1. O Conselho Directivo é o órgão colegial que delibera sobre aspectos de gestão permanente da AREA, e tem a seguinte composição:

- a) Director Geral;
- b) Director Geral-Adjunto;
- c) Chefes de Departamentos da AREA;
- d) Dois vogais designados pelo Ministro responsável pelo Sector da AREA.

2. Ao Conselho Directivo compete em especial o seguinte:

- a) Aprovar os instrumentos de gestão provisional e os documentos de prestação de contas da AREA;
- b) Aprovar a organização técnica e administrativa, bem como os regulamentos internos;
- c) Aprovar os planos de carreiras, o quadro de pessoal e os programas de formação do pessoal da AREA;
- d) Acompanhar a execução dos planos e programas da AREA, bem como, em geral, as actividades da Autoridade Reguladora da Energia Atómica e as medidas de correcção que se mostrem adequadas;
- e) Pronunciar-se sobre os acordos a celebrar pela AREA com outras entidades públicas, bem como sobre parcerias entre a AREA e entidades privadas;
- f) Pronunciar-se sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis ou móveis sujeitos a registo;
- g) Pronunciar-se sobre contratos a celebrar pela AREA de acordo com o previsto na legislação vigente;
- h) Desempenhar as demais competências estabelecidas por lei ou por determinação superior.

3. O Conselho Directivo reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo Director Geral que o preside.

4. As deliberações do Conselho Directivo são aprovadas por maioria e o Presidente tem voto de qualidade em caso de empate.

5. O Presidente do Conselho Fiscal pode assistir às reuniões do Conselho Directivo.

6. O Conselho Directivo deve elaborar e aprovar o seu regimento.

ARTIGO 9.º (Director Geral)

1. O Director Geral é o órgão singular de gestão da AREA, a quem compete o seguinte:

- a) Desenvolver todas as acções necessárias a contri- buir para a realização das finalidades da Lei de Energia Atómica;
- b) Propor e submeter à aprovação do Conselho Directivo ou do Órgão de Tutela, os instrumentos de gestão provisional e os regulamentos internos que se mos- tram necessários à realização das competências da AREA, bem como assegurar a sua execução;
- c) Supervisionar todos os serviços da AREA e exercer os poderes gerais de gestão financeira e patrimo- nial com vista à realização das competências da Autoridade;
- d) Elaborar nos prazos fixados na lei, o relatório e contas relativos ao ano anterior e submetê-los à aprovação do Conselho Directivo;
- e) Submeter ao Ministério das Finanças, ao Órgão de Tutela e ao Tribunal de Contas o relatório e contas anuais, aprovado após parecer do Conselho Fiscal;
- f) Elaborar, nos prazos fixados na lei, outros relatórios previstos neste Estatuto Orgânico e na Lei de Energia Atómica, e submetê-los à apreciação dos órgãos competentes;
- g) Coordenar os programas nacionais de cooperação técnica com a Agência Internacional de Energia Atómica, bem como os programas nacionais, no âmbito de organizações internacionais de que Angola é membro, em especial o Acordo Regio- nal Africano de Cooperação para a Investigação, Desenvolvimento e Formação relacionadas com a Ciência e Tecnologia Nuclear, designada abre- viadamente por «AFRA» e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC, e acompanhar a sua execução;
- h) Propor a nomeação e exoneração dos responsáveis da AREA;
- i) Nomear, exonerar, contratar e promover os restantes funcionários da AREA, sob proposta da unidade orgânica interessada;
- j) Exercer o poder disciplinar sobre todo o pessoal da AREA, nos termos da legislação em vigor;
- k) Propor ao Conselho Directivo o plano de carreiras e a alteração do quadro de pessoal da Energia Atómica nos termos da legislação em vigor;
- l) Representar o AREA em juízo e fora dele;

- m) Participar no Conselho Nacional de Radioprotecção e Segurança Nuclear;
- n) Convocar e presidir às reuniões do Conselho Directivo e do Conselho Técnico-Científico;
- o) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. No exercício das suas funções, o Director Geral é coadjuvado por um Director Geral-Adjunto, que exerce funções delegadas.

ARTIGO 10.º
(Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização interna da AREA, ao qual cabe analisar emitir parecer sobre matérias de natureza económico-financeira e patrimonial.

2. O Conselho Fiscal tem as seguintes competências:

- a) Emitir, nos prazos fixados, parecer sobre o relatório e contas anuais da AREA, bem como sobre a proposta de orçamento;
- b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e outros dados que servem de suporte aos documentos referidos na alínea anterior e proceder à verificação dos valores patrimoniais;
- c) Examinar periodicamente a situação económica e financeira da AREA e efectuar os demais exames e conferências que se tornem necessários ao eficaz desempenho das suas competências;
- d) Comunicar ao Director Geral, ao Conselho Directivo e às entidades competentes quaisquer irregularidades ou infracções que detecte;
- e) Acompanhar a execução dos planos financeiros, bem como das componentes económico-financeiras de programas e projectos da AREA ou em que esta participe, apreciando a sua conformidade legal, regularidade económico financeira e eficiência;
- f) Elaborar relatórios trimestrais sobre a actividade desenvolvida e enviá-los ao Conselho Directivo, ao Ministério das Finanças e ao Órgão de Tutela;
- g) Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto que lhe seja submetido pelo Director Geral e pelo Conselho Directivo em matéria de gestão económico-financeiro;
- h) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 11.º
(Composição)

1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, designado pelo Ministro das Finanças, e por dois vogais, designados pelo Ministro responsável pelo Sector da Actividade da AREA, devendo um ser perito em contabilidade.

2. O Conselho Fiscal é nomeado por Despacho do Ministro responsável pelo Sector da Actividade da AREA, por períodos de 3 (três) anos.

ARTIGO 12.º
(Funcionamento)

1. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente de 3 (três) em 3 (três) meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou a pedido do Conselho Directivo.

2. O Conselho Fiscal elabora e aprova o seu regimento.

ARTIGO 13.º
(Conselho Técnico-Científico)

1. O Conselho Técnico-Científico é o órgão consultivo do Director Geral nas matérias científicas e técnicas do âmbito das competências da AREA.

2. Cabe, em especial, ao Conselho Técnico-Científico pronunciar-se sobre:

- a) As propostas de normas e padrões de protecção e segurança a que se refere o artigo 9.º da Lei de Energia Atómica;
- b) O projecto de Plano Nacional de Resposta à Emergência Radiológica a que se refere o artigo 47.º da Lei de Energia Atómica;
- c) As doses-limite a que se refere o artigo 17.º da Lei de Energia Atómica;
- d) Os programas de formação requeridos para o efectivo cumprimento das normas e padrões de protecção e segurança previstos na Lei de Energia Atómica;
- e) O provimento e promoção do pessoal da carreira científica técnica;
- f) Pronunciar-se sobre as actividades científicas da Instituição;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 14.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Técnico-Científico é presidido pelo Director Geral e integrado por cidadãos nacionais ou estrangeiros que prestem serviço à AREA e integram a carreira de investigação científica em categoria igual ou superior à de Investigador Auxiliar ou a carreira docente universitária em categoria igual ou superior à de Professor Auxiliar.

2. Podem ainda integrar o Conselho Técnico-Científico personalidades convidadas pelo Conselho, sob proposta de qualquer dos seus membros.

3. O Conselho Técnico-Científico reúne-se ordinariamente de 6 (seis) em 6 (seis) meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo Director Geral.

4. O Conselho Técnico-Científico pode organizar-se em secções ou comissões de trabalho para projectos específicos.

5. O Conselho Técnico-Científico deve elaborar e aprovar o seu regimento.

SECÇÃO II Serviços de Apoio Agrupados

ARTIGO 15.º (Departamento de Apoio ao Director Geral)

1. O Departamento de Apoio ao Director Geral é o serviço de apoio da AREA encarregue das funções de secretariado de direcção, assessoria jurídica, intercâmbio, documentação e informação.

2. O Departamento de Apoio ao Director Geral tem, em especial, as seguintes competências:

- a) Prestar apoio administrativo, assessoria jurídica, cooperação internacional e administrativa, bem como assegurar a cooperação bilateral com as instituições congéneres e universidades;
- b) Garantir a recepção, o registo, a classificação, distribuição e expedição de toda a correspondência, documentação e publicações;
- c) Garantir a segurança e privacidade da informação da Instituição;
- d) Coordenar a elaboração dos instrumentos jurídicos relacionados com os serviços;
- e) Preparar as reuniões do Conselho Directivo, garantindo a distribuição da respectiva documentação;
- f) Preparar os relatórios anuais e planos de actividade da AREA;
- g) Preparar e editar os textos originais para fins de publicação;
- h) Assegurar a organização, manutenção e permanente actualização do arquivo da AREA;
- i) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Apoio ao Director Geral é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 16.º (Departamento de Administração e Serviços Gerais)

1. O Departamento de Administração e Serviços Gerais é o serviço de apoio da AREA que assegura as funções de gestão orçamental, finanças, património, transporte, relações públicas e protocolo.

2. O Departamento de Administração e Serviços Gerais tem as seguintes competências:

- a) Organizar, coordenar e executar as actividades financeiras e patrimoniais;
- b) Preparar e executar o orçamento da AREA;

- c) Elaborar o relatório de execução do orçamento da AREA e submetê-lo à apreciação do Director Geral;
- d) Velar pela gestão, controlo e permanente actualização do património da AREA;
- e) Velar pela correcta utilização, protecção e conservação dos bens, equipamentos e instalações da AREA;
- f) A AREA dispõe de orçamento e plano de actividades aprovados nos termos da lei;
- g) Processar e solicitar a liquidação dos documentos de despesas da AREA depois de superiormente verificados e autorizados;
- h) Elaborar os relatórios e contas trimestrais e de exercícios, nos termos da lei e submeter à apreciação das entidades competentes;
- i) Promover a reabilitação e conservação de infra-estruturas e outras instalações necessárias ao funcionamento dos órgãos e serviços da Autoridade Reguladora da Energia Atómica;
- j) Promover a aquisição de meios e equipamentos, bem como de materiais diversos necessários ao apetrechamento e funcionamento dos serviços da AREA, à sua armazenagem, conservação e distribuição;
- k) Assegurar a gestão, conservação e segurança das instalações, equipamentos e outros materiais da AREA;
- l) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Administração e Serviços Gerais é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 17.º (Departamento de Recursos Humanos e Tecnologias de Informação)

1. O Departamento de Recursos Humanos e Tecnologias de Informação é o serviço de apoio ao Director Geral que executa as funções de gestão de pessoal, modernização e inovação dos serviços.

2. O Departamento de Recursos Humanos e Tecnologias de Informação, tem, em especial as seguintes competências:

- a) Assegurar a gestão do pessoal da AREA nos domínios do provimento, promoção, transferência, exoneração, licenças, aposentação e outros;
- b) Organizar e manter actualizado os processos individuais para acompanhamento e avaliação de quadros;
- c) Promover acções de formação e capacitação técnico-profissional do pessoal, em colaboração com as instituições de formação;
- d) Promover estudos e propostas tendentes ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação da AREA;

- e) Assegurar a definição dos meios informáticos mais adequados, com vista ao suporte das actividades da AREA;
- f) Apoiar os vários serviços da AREA na definição das suas necessidades de informação e analisar as possibilidades do seu tratamento automático;
- g) Assegurar as ligações entre os serviços centrais e locais e os demais serviços centrais de tutela no domínio da organização e informática;
- h) Assegurar a eficiência de redes tecnológicas e uma correcta gestão dos meios informáticos da AREA;
- i) Garantir a segurança e privacidade da informação relativa ao pessoal da AREA;
- j) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Tecnologias de Informação é dirigido por um Chefe de Departamento.

SECÇÃO III Serviços Executivos

ARTIGO 18.º (Departamento de Segurança Radiológica)

1. O Departamento de Segurança Radiológica é o serviço que elabora as propostas de medidas de protecção e segurança radiológica, bem como o controlo e a gestão de resíduos radioactivos, que por lei ou regulamento, sejam acometidas à AREA e acompanha a sua aplicação.

2. O Departamento de Segurança Radiológica é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 19.º (Departamento de Licenciamento e Inspeção)

1. O Departamento de Licenciamento e Inspeção é o serviço da AREA que executa o licenciamento de actividades, a emissão de certificados de segurança e outras autorizações previstas na Lei de Energia Atómica, bem como assegura a fiscalização das actividades, instalações e fontes de radiação ionizante.

2. O Departamento de Licenciamento e Inspeção é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 20.º (Departamento de Protecção e Segurança Nuclear)

1. O Departamento de Protecção e Segurança Nuclear é o serviço da AREA que elabora propostas de medidas de segurança nuclear, normas e padrões, bem como propõe a revisão ou aperfeiçoamento de normas e práticas de trabalho já existente.

2. O Departamento de Protecção e Segurança Nuclear é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 21.º (Laboratório de Radioprotecção)

1. O Laboratório de Radioprotecção é o serviço que realiza as análises e medições de radiação necessárias ao cumprimento do disposto na Lei de Energia Atómica e à realização das funções de controlo da AREA.

2. O Laboratório de Radioprotecção é dirigido por um Chefe de Laboratório equiparado a Chefe de Departamento.

SECÇÃO IV Serviços Executivos Locais

ARTIGO 22.º (Estruturação dos Serviços Locais)

1. A estrutura dos serviços locais a nível de cada província ou região compreende um departamento estruturado internamente por duas secções e cada uma deve ter no máximo 10 (dez) funcionários entre responsáveis, técnicos e pessoal administrativo, 70% (setenta por cento) dos quais pertencente às carreiras técnicas.

2. O número dos departamentos provinciais é fixado pelo titular do Órgão de Tutela, sob proposta da AREA.

3. O Chefe dos Serviços Provinciais da AREA é equiparado a Chefe de Departamento Provincial e as Secções são dirigidas por Chefes de Secção.

CAPÍTULO IV Actividade Financeira

ARTIGO 23.º (Instrumentos de gestão)

A gestão da AREA é orientada pelos seguintes instrumentos:

- a) Planos de actividade anual e plurianual;
- b) Orçamento anual;
- c) Programas e planos para a realização de objectivos específicos;
- d) Relatório anual de actividades;
- e) Balanço e demonstração da origem e aplicação de fundos;
- f) Balancetes mensais e trimestrais.

ARTIGO 24.º (Orçamento)

1. A Autoridade Reguladora da Energia Atómica dispõe de orçamento e plano de actividades aprovados nos termos da lei.

2. O plano anual de actividades e o respectivo orçamento devem ser submetidos à apreciação do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal.

3. Sem prejuízo do que está estabelecida em legislação específica, o plano anual de actividades e o orçamento da AREA devem ser submetidos à aprovação do órgão que tutela a autoridade dentro dos prazos estabelecidos por lei.

ARTIGO 25.º (Receitas)

Constituem receitas da AREA em especial as seguintes:

- a) As dotações do Orçamento Geral do Estado;
- b) As receitas provenientes de taxas cobradas pelos serviços prestados pela AREA;
- c) As receitas provenientes de multas aplicadas por infracções à Lei de Energia Atómica e seus regulamentos;

- d) Os fundos ou doações provenientes de assistência internacional no âmbito da cooperação no domínio da energia atómica;
- e) Outras doações, heranças ou legados que lhe sejam destinados;
- f) O produto da alienação, locação ou oneração de bens que lhe pertencem;
- g) Os rendimentos provenientes de contratos de prestação de serviços;
- h) Os saldos positivos apurados no final de cada exercício;
- i) Os demais rendimentos que por lei ou contrato integram o seu património.

ARTIGO 26.º
(Despesas)

1. Constituem despesas da AREA todas as que forem necessárias à prossecução das suas atribuições, ao funcionamento dos seus serviços e à gestão de bens que lhe sejam confiados.
2. As despesas da AREA dependem da adequada inscrição no seu orçamento.
3. O processamento e liquidação das despesas da AREA, depois de devidamente autorizadas, obedecem às formalidades previstas na lei e àquelas definidas em regulamento.
4. O pagamento das despesas da AREA pode ser efectuado através de qualquer dos meios previstos na lei.

ARTIGO 27.º
(Relatório e contas)

1. A AREA elabora anualmente o relatório e contas para aprovação do Conselho Directivo.
2. Após aprovação pelo Conselho Directivo e visto pelo Conselho Fiscal, o relatório e contas são submetidos à aprovação do órgão que tutela a AREA e do Ministro das Finanças e ao Tribunal de Contas.

ARTIGO 28.º
(Património)

1. Constituem património da AREA todos os bens imóveis, móveis e semoventes que se encontram afectos às actividades do Laboratório de Radioprotecção na data da entrada em vigor deste Diploma, bem como aqueles que a Autoridade venha a adquirir para o exercício da sua actividade.
2. A AREA promove, junto das conservatórias competentes, o registo dos bens e direitos que lhe pertençam e a ele estejam sujeitos.

3. A AREA deve organizar e manter actualizado permanentemente o inventário de todos os seus bens e direitos de natureza patrimonial.

CAPÍTULO V
Disposições Finais

ARTIGO 29.º
(Quadro de pessoal)

1. O pessoal da AREA está sujeito ao regime da função pública, constando de Regulamento Interno a definição das suas condições de trabalho, com observância das normas imperativas daquele regime.
2. O pessoal não integrado no quadro permanente da AREA está sujeito ao Regime de Contrato, nos termos da legislação aplicável.
3. O pessoal da AREA está abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social.
4. O quadro de pessoal da AREA é constante do anexo ao presente Estatuto, do qual é parte integrante.

ARTIGO 30.º
(Estatuto remuneratório)

1. As remunerações do pessoal da Autoridade Reguladora da Energia Atómica obedecem ao regime geral da função pública.
2. O pessoal da AREA pode beneficiar da remuneração suplementar que venha a ser estabelecida, nos termos da legislação em vigor, pelo Instituto, mediante Decreto Executivo Conjunto do Órgão de Tutela e dos órgãos responsáveis pelas Finanças Públicas e pela Administração Pública.
3. A remuneração suplementar referida no número anterior deve ser atribuída com base nas qualificações, na experiência e na avaliação periódica do funcionário ou agente quando existam fundos provenientes de receitas próprias ou outros.

ARTIGO 31.º
(Organograma)

O organograma da AREA é o constante do anexo ao presente Estatuto, do qual é parte integrante.

ARTIGO 32.º
(Regulamento Interno)

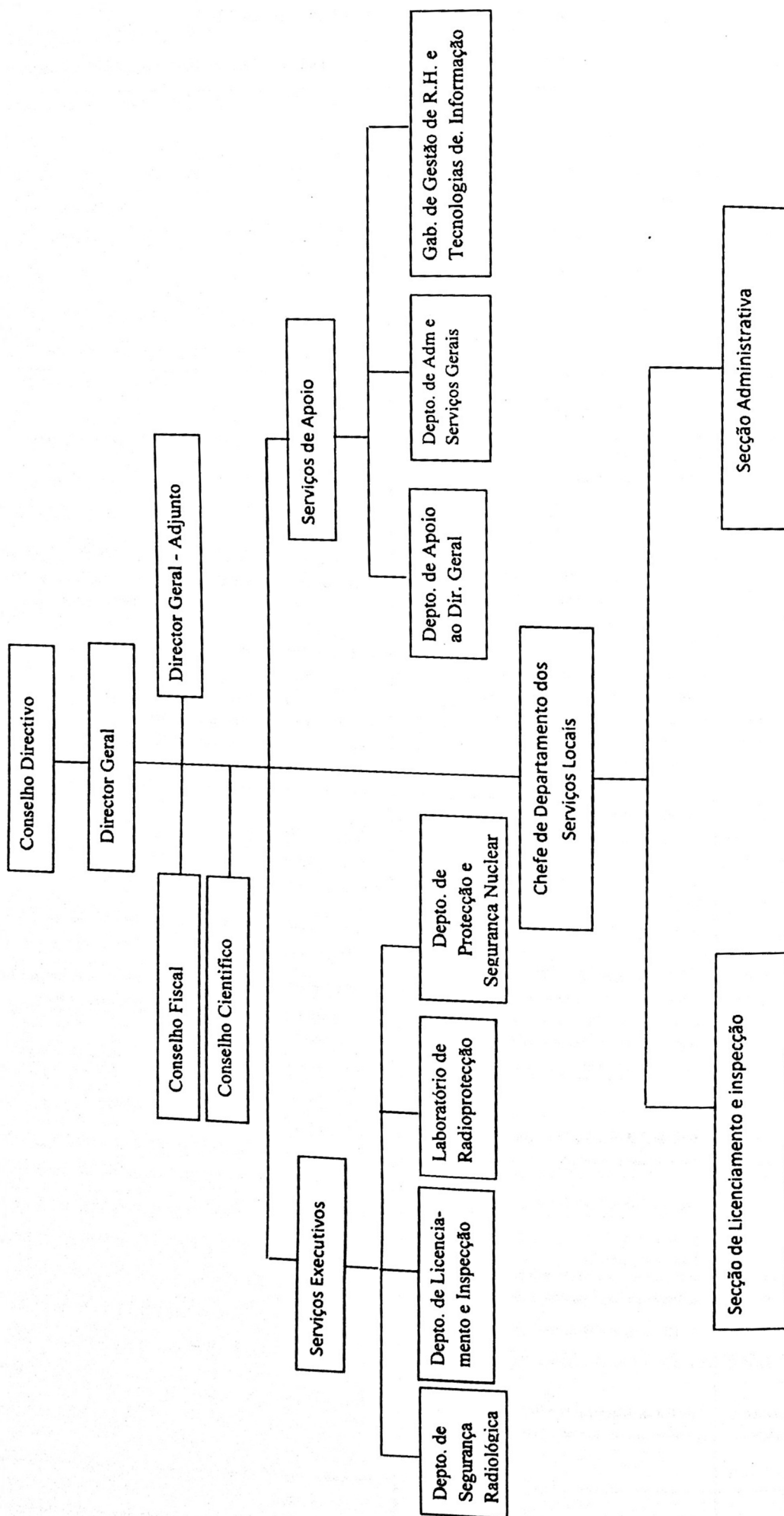
A organização e funcionamento dos órgãos internos da AREA são estabelecidos por um regulamento interno próprio aprovado em Conselho Directivo e submetido ao Órgão de Tutela.

ANEXO I

Quadro de pessoal a que se refere o artigo 31.º

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Indicação Obrigatória da Especialidade a Admitir	N.º de Lugares
Direcção		Director Geral Director Geral-Adjunto		1 1
Direcção e Chefia		Chefe de Departamento Chefe de Secção		8 2
Investigador	Investigação Científica	Investigador Coordenador Investigador Auxiliar Assistente de Investigação Estagiário de Investigação	Físico, Químico- Físico, Geofísico ou Equiparado	1 2 4 6
Técnico Superior	Técnica Superior Regulador	Assessor Regulador Principal Primeiro Regulador Assessor Assessor Regulador Técnico Superior Regulador Principal Técnico Superior Regulador de 1.ª Classe Técnico Superior Regulador de 2.ª Classe	Físico, Químico- Físico ou Equiparado. Geofísico, Engenheiro, Economista e Gestor ou Contabilista, Sociólogo, Psicólogo Jurista, Matemático, Gestor de Recursos Humanos	1 2 4 6 8 10
Técnico	Técnica Regulador	Especialista Regulador Principal Especialista Regulador de 1.ª Classe Especialista Regulador de 2.ª Classe Técnico Regulador de 1.ª Classe Técnico Regulador de 2.ª Classe Técnico Regulador de 3.ª Classe	Físico, Químico- Físico ou Equiparado, Geofísico, Engenheiro Economista e ou Equiparado, Jurista Sociólogo, Psicólogo, Matemático, Gestor de Recursos Humanos	1 2 2 4 6 8
Técnico Médio	Técnica Média Regulador	Técnico Médio Regulador Principal de 1.ª Classe Técnico Médio Regulador Principal de 2.ª Classe Técnico Médio Regulador Principal de 3.ª Classe Técnico Médio Regulador de 1.ª Classe Técnico Médio Regulador de 2.ª Classe Técnico Médio Regulador de 3.ª Classe	Ciências Físicas e Biológicas, Ciências Económicas e Jurídicas, Gestão e Administração Pública, ou Equiparado, Secretariado, Electricidade	1 2 4 6 8 10
Administrativo	Administrativa Regulador	Oficial Administrativo Regulador Principal Primeiro Oficial Regulador Administrativo Segundo Oficial Regulador Administrativo Terceiro Oficial Regulador Administrativo Aspirante Regulador	Ciências Físicas e Biológicas, Ciências Económicas e Jurídicas, Gestão e Administração Pública, Secretariado	1 1 1 2 3
	Motorista de Pesados	Motorista de Pesados Principal Motorista de Pesados de 2.ª Classe		1 1
	Motorista de Ligeiros	Motorista de Ligeiros Principal Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe		1 1
Auxiliar	Auxiliar de Limpeza	Auxiliar de Limpeza Principal Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe		1 1
Total				124

ANEXO II
Organigrama da Autoridade Reguladora de Energia Atómica a que se refere o artigo 31.º



ASSEMBLEIA NACIONAL

Resolução n.º 41/14 de 26 de Agosto

Considerando que os Órgãos da Administração Eleitoral regem-se pelos princípios e pelas normas estabelecidas pela Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral, em conformidade com o princípio da independência, estabelecido pelo artigo 107.º da Constituição da República de Angola;

Atendendo que a alínea b) do n.º 1 do artigo 149.º da Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro — Lei Orgânica Sobre as Eleições Gerais, estabelece que os membros das Comissões Municipais Eleitorais são designados por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, sob proposta dos Partidos Políticos e Coligações de Partidos Políticos com assento parlamentar;

Considerando que o Partido MPLA solicitou a substituição de um dos membros na Comissão Municipal Eleitoral do Songo, Província do Uíge, nos termos da alínea g) do artigo 66.º da Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica sobre Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 163.º e da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada a substituição, na Comissão Municipal Eleitoral do Songo, Província do Uíge, do membro Faustino Manuel, por Luís Manuel dos Santos.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 12 de Agosto de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Resolução n.º 42/14 de 26 de Agosto

Considerando que os órgãos da administração eleitoral regem-se pelos princípios e pelas normas estabelecidas pela Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica Sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral, em conformidade com o princípio da independência, estabelecido pelo artigo 107.º da Constituição da República de Angola;

Atendendo que a alínea b) do n.º 1 do artigo 149.º da Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro — Lei Orgânica Sobre as Eleições Gerais, estabelece que os membros das Comissões

Municipais Eleitorais são designados por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, sob proposta dos Partidos Políticos e Coligações de Partidos Políticos com assento parlamentar;

Considerando que o Partido MPLA solicitou a substituição de um dos membros na Comissão Municipal Eleitoral do Songo, Província do Uíge, nos termos da alínea g) do artigo 66.º da Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica Sobre Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 163.º e da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada a substituição, na Comissão Municipal Eleitoral dos Buengas, Província do Uíge, do membro António Quinanga, por João Cepena.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 12 de Agosto de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Resolução n.º 43/14 de 26 de Agosto

Considerando que os órgãos da administração eleitoral regem-se pelos princípios e pelas normas estabelecidas pela Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica Sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral, em conformidade com o princípio da independência, estabelecido pelo artigo 107.º da Constituição da República de Angola;

Atendendo que a alínea b) do n.º 1 do artigo 143.º da Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro — Lei Orgânica Sobre as Eleições Gerais, estabelece que os membros da Comissão Nacional Eleitoral são designados por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, sob proposta dos Partidos Políticos e Coligações de Partidos Políticos com assento parlamentar;

Considerando que o Partido MPLA solicitou a substituição de um dos membros na Comissão Nacional Eleitoral, nos termos da alínea i) do artigo 49.º da Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica Sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 163.º

e da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada a substituição, na Comissão Nacional Eleitoral, do membro Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa, por Cremildo José Félix Paca.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 12 de Agosto de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Resolução n.º 44/14
de 26 de Agosto

Considerando que os órgãos da administração eleitoral regem-se pelos princípios e pelas normas estabelecidas pela Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica Sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral, em conformidade com o princípio da independência, estabelecido pelo artigo 107.º da Constituição da República de Angola;

Atendendo que a alínea b) do n.º 1 do artigo 149.º da Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro — Lei Orgânica Sobre as Eleições Gerais, estabelece que os membros das Comissões Municipais Eleitorais são designados por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, sob proposta dos Partidos Políticos e Coligações de Partidos Políticos com assento parlamentar;

Considerando que o Partido MPLA solicitou a substituição de um dos membros na Comissão Municipal Eleitoral do Cuvango, Província da Huíla, nos termos da alínea i) do artigo 66.º da Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica Sobre Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 163.º e da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada a substituição, na Comissão Municipal Eleitoral do Cuvango, Província da Huíla, do membro João Marcelino, por Timóteo Mucanda.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 12 de Agosto de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Resolução n.º 45/14
de 26 de Agosto

Considerando que os Órgãos da Administração Eleitoral regem-se pelos princípios e pelas normas estabelecidas pela Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral, em conformidade com o princípio da independência, estabelecido pelo artigo 107.º da Constituição da República de Angola;

Atendendo que a alínea b) do n.º 1 do artigo 149.º da Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro — Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, estabelece que os membros das Comissões Municipais Eleitorais são designados por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, sob proposta dos Partidos Políticos e Coligações de Partidos Políticos com assento parlamentar;

Considerando que o Partido MPLA solicitou a substituição de um dos membros na Comissão Municipal Eleitoral do Cuanhama, Província do Cunene, nos termos da alínea a) do artigo 66.º da Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica sobre Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 163.º e da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada a substituição, na Comissão Municipal Eleitoral do Cuanhama, Província do Cunene, do membro Maurício Hiteulu, por Constantino José Armando Tiago.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 12 de Agosto de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Resolução n.º 46/14
de 26 de Agosto

Considerando que os Órgãos da Administração Eleitoral regem-se pelos princípios e pelas normas estabelecidas pela Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral, em conformidade com o princípio da independência, estabelecido pelo artigo 107.º da Constituição da República de Angola;

Atendendo que a alínea b) do n.º 1 do artigo 147.º da Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro — Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, estabelece que os membros das Comissões Provinciais Eleitorais são designados por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, sob proposta dos

Partidos Políticos e Coligações de Partidos Políticos com assento parlamentar;

Considerando que o Partido MPLA solicitou a substituição de um dos membros na Comissão Provincial Eleitoral da Huila, nos termos da alínea j) do artigo 58.º da Lei n.º 12/12, de 13 de Abril — Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 163.º e da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada a substituição, na Comissão Provincial Eleitoral da Huila, do membro Maria João Tchupalavela, por Emílio Alexandre Chitacumbi.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 12 de Agosto de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Resolução n.º 47/14

de 26 de Agosto

Considerando que os cidadãos Rui Nuno Lopes Firmo e Maria Ana Serqueira Flores Firmo, casados, ambos de nacionalidade portuguesa, requereram a adopção dupla da menor Rosa Carolina de Jesus Sebastião, de nacionalidade angolana;

Tendo em conta que os adoptantes reúnem os requisitos estabelecidos no Código da Família aprovado pela Lei n.º 1/88, de 20 de Fevereiro e que foram cumpridas todas as formalidades por ela impostas, obedecendo, deste modo, às exigências da legislação em vigor;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, da alínea o) do artigo 164.º ambos da Constituição da República de Angola, e do artigo 204.º do Código da Família, a seguinte Resolução:

1.º — É concedida a autorização para a adopção dupla da menor Rosa Carolina de Jesus Sebastião pelo casal Rui Nuno Lopes Firmo e Maria Ana Sequeira Flores Firmo, ambos de nacionalidade portuguesa.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 12 de Agosto de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS

Decreto Executivo n.º 258/14

de 26 de Agosto

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 45.º de Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, e o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto n.º 48/06, de 1 de Setembro, as associadas da Concessionária Nacional que não sejam operadoras devem possuir comprovada idoneidade e capacidade financeira;

Considerando que a empresa Nazaki Oil and Gaz, S.A. é detentora de 15% de interesses participativos no Consórcio da Concessão Petrolífera do Bloco 9/09, demonstrou não possuir os requisitos legais para ser associada da Concessionária Nacional, por não ter repetidamente cumprido com os seus compromissos económicos e financeiros, relacionados com o pagamento da respectiva quota-parte dos custos incorridos pelo Consórcio nas operações petrolíferas do citado Bloco;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e ao abrigo do n.º 5 do artigo 38.º do Contrato de Serviços com Risco do Bloco 9/09, determino:

1. Por ter demonstrado incapacidade económica e financeira legalmente exigidas para deter a qualidade de associada da Concessionária Nacional, em virtude de não ter cumprido repetidamente os seus compromissos económicos e financeiros no Consórcio do Bloco Petrolífero do qual faz parte, é a Nazaki Oil and Gaz, S.A. excluída do Consórcio do Bloco 9/09.

2. A participação associativa no Consórcio pertencente à Nazaki Oil and Gaz, S.A. passará a ser detida pela Sonangol Pesquisa e Produção, S.A.

3. O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Agosto de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

Decreto Executivo n.º 259/14

de 26 de Agosto

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto n.º 48/06, de 1 de Setembro, as associadas da Concessionária Nacional que não sejam operadoras devem possuir comprovada idoneidade e capacidade financeira;

Considerando que a empresa Falcon Oil Holding Angola, S.A., detentora de 5% (cinco por cento) do interesse participativo no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 18/06, deixou de preencher os requisitos legais para ser associada da Concessionária Nacional, devido ao incumprimento, repetido, dos seus compromissos financeiros, relacionados com o

pagamento da respectiva quota-parte dos custos incorridos pelo Grupo Empreiteiro, nas operações petrolíferas do citado Bloco;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e ao abrigo do n.º 5 do artigo 39.º do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 18/06, determino:

1. É a Falcon Oil Holding Angola, S.A. excluída do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 18/06 em virtude do constante incumprimento dos seus compromissos financeiros.

2. A participação associativa que pertenceu à Falcon Oil Holding Angola, S.A. passará a ser detida pelos restantes membros do Grupo Empreiteiro do Bloco 18/06, na proporção da participação associativa de cada um.

3. O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Agosto de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

Decreto Executivo n.º 260/14 de 26 de Agosto

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 45.º de Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, e o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto n.º 48/06, de 1 de Setembro, as associadas da Concessionária Nacional que não sejam operadoras devem possuir comprovada idoneidade e capacidade financeira;

Considerando que a empresa Nazaki Oil and Gaz, S.A., é detentora de 15% de interesses participativos no Consórcio da Concessão Petrolífera do Bloco 21/09, demonstrou não possuir os requisitos legais para ser associada da Concessionária Nacional, por não ter repetidamente cumprido com os seus compromissos económicos e financeiros, relacionados com o pagamento da respectiva quota-parte dos custos incorridos pelo Consórcio nas operações petrolíferas do citado Bloco;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e ao abrigo do n.º 5 do artigo 38.º do Contrato de Serviços com Risco do Bloco 21/09, determino:

1. Por ter demonstrado incapacidade económica e financeira legalmente exigidas para deter a qualidade de associada da Concessionária Nacional, em virtude de não ter cumprido repetidamente os seus compromissos económicos e financeiros no Consórcio do Bloco Petrolífero do qual faz parte, é a Nazaki Oil and Gaz, S.A. excluída do Consórcio do Bloco 21/09.

2. A participação associativa no Consórcio pertencente à Nazaki Oil and Gaz, S.A. passará a ser detida pela Sonangol Pesquisa e Produção, S.A.

3. O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Agosto de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 1487/14 de 26 de Agosto

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º, da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro e do n.º 1, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1. São subdelegados plenos poderes ao Director Nacional do Património do Estado, Sílvia Franco Burity, para outorgar, em representação do Ministério das Finanças, o Auto de Afectação do Piso Térreo, entrepiso e quatro (4) fracções de estacionamento no piso - 2, do Edifício Goya, sito em Luanda, no gaveto formado pelo cruzamento das Ruas Major Marcelino Dias e Comandante Nicolau Gomes Spencer, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso.

2. As referidas fracções serão afectadas a Direcção Nacional de Impostos e servirá para acomodar a Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes.

3. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, em Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS

Despacho n.º 1488/14 de 26 de Agosto

Considerando a importância e pertinência do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude 2014-2017 (PNADEJ) resultante do Fórum Nacional de Auscultação a Juventude, como instrumento que contribuirá, à escala nacional, para equacionar os problemas que afectam a juventude angolana;

Havendo necessidade da criação de um secretariado responsável pela implementação do Sistema de Monitorização e Controlo do Plano, capaz de acompanhar a concretização das acções integradas no mesmo;

Em conformidade com o artigo 137.º da Constituição da República de Angola e dos Poderes delegados pelo Presidente da República no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1. É criado o Secretariado Responsável pela implementação do Sistema de Monitorização e Controlo do PNADEJ, integrado pelos seguintes membros:

- a) Sérgio José dos Santos — Coordenador;
- b) Afonso Ngonda — Membro Executivo;
- c) Lopes Trigo — Membro Executivo;
- d) Esperança Ribeiro dos Santos Maiato;
- e) Helvarina Iriana José Pereira.

2. São atribuições do Secretariado do Sistema de Monitorização e Controlo do PNADEJ:

- a) Fazer a recolha de dados referentes a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude 2014-2017, analisá-los e fazer a sua compilação;

- b) Com base nos dados compilados, propor os mecanismos e as formas práticas de execução dos projectos aprovados no âmbito do PNADEJ;

- c) No exercício das suas atribuições o Secretariado pode solicitar apoio e serviços dos distintos órgãos do Ministério e/ou de outras entidades colectivas ou singulares;

- d) Bimestralmente, o Secretariado deve apresentar um relatório circunstanciado de execução da sua actividade ao Ministro da Juventude e Desportos.

3. Incumbe-se ao Secretário de Estado para a Juventude a supervisão do trabalho desenvolvido pelo Secretariado.

4. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.